

Resposta ao Recurso Impetrado ao Edital de Pregão Eletrônico Nº 175/2014.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PAINEL ELÉTRICO COM INSTALAÇÃO PARA A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DE PIÇARRAS.

À

RECORRENTE: NEMA ELETROTECNICA LTDA.

E-mail: marcia@nema.com.br; nilberto@nema.com.br

RECORRIDA: TECNO CONTROL TECNOLOGIA E SISTEMA LTDA ME

E-mail: waldir@tecnoccontrol.com.br

QUESTÕES PRELIMINARES

O recurso foi impetrado tempestivamente no prazo estabelecido nos termos do inciso XVIII, art. 4º da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e item 12.1 do Edital pela empresa **NEMA ELETROTECNICA LTDA**. A empresa **TECNO CONTROL TECNOLOGIA E SISTEMA LTDA ME** apresentou contra-razões nos mesmos moldes legais.

Ambas as peças encontra-se inteiramente publicadas no site da **CASAN**.

1. RELATÓRIO

Em suma a recorrente **NEMA** acredita existir alguma interferência humana ou eletrônica no tempo aleatório (tempo randômico) da sala de disputa do pregão realizado no site de compras eletrônicas do Banco do Brasil (licitações-e) de modo a prejudicar a recorrente.

Afirma:

“Considerando que é humanamente impossível, em tempos de Pregão Eletrônico, um fornecedor dar um lance e imediatamente após o pregão encerra-se [...]

Alude que a “prática” é recorrente na CASAN:

“Considerando que **tal prática** já ocorreu em vossa Companhia e diversas outras vezes [...]” (**grifo nosso**)

Assegura ainda que irá recorrer a instâncias superiores caso o recurso administrativo não seja aceito. Por fim, requer que seja declarado a **NEMA** vencedora do certame.

A **TECNO CONTROL** manifesta em suas contra-razões:

“Ocorre que a RECORRENTE não observou o fato de que tais registros [...] é realizada pelo participante “SISTEMA” e não por pessoas que estariam interagindo com o procedimento”. (grifo nosso)

“Em apertada síntese, trata-se de um aplicativo, recurso eletrônico sob forma de código computacional, que está sendo executado para apuração naquela fase do processo”.

O Pregoeiro decidiu encaminhar o recurso administrativo para manifestação do site Licitações-e e obteve a seguinte resposta (o e-mail encontra-se publicado totalmente no site da CASAN):

“O randômico está estruturado nos termos do Decreto 5.450/2005, não havendo qualquer interferência na programação. Na licitação em tela, o lance de R\$ 24.100,00 foi ofertado pela empresa TECNO CONTROL TECNOLOGIA E SISTEMA LTDA ME às 10:18:27:252, enquanto que o tempo randômico foi encerrado às 10:18:27:802. Essas informações encontram-se disponíveis no relatório da disputa, anexado pelo licitante.” (grifo nosso)

2. DA ANÁLISE

Conforme o Edital o tempo inicial de disputa é de 10 (dez) minutos. Após o tempo de 10 (dez) minutos o Pregoeiro, interagindo com o sistema, inicia o tempo aleatório (tempo randômico). Após o início do tempo randômico não há qualquer interferência ou escolha no encerramento do mesmo que pode durar de 1 (um) segundo até 30 (trinta) minutos.

Novamente: Não há interferência alguma, humana ou eletrônica, direta ou indireta, no momento de encerramento do tempo aleatório.

As alegações da **NEMA** são infundadas e não existe nenhuma “prática” (conforme afirma a recorrente) que interfira, favoreça ou prejudique qualquer participante na sala de disputa do sistema licitações-e.

As participantes têm 10 (dez) minutos para registrar seus lances e após, ainda, mais o tempo aleatório. De forma alguma a **NEMA** foi prejudicada na disputa.

É totalmente ilegítimo declarar a **NEMA** vencedora do certame, pois quem ofertou o melhor lance **dentro das exigências do Edital** foi a **TECNO CONTROL**.

Salienta-se que tais exigências editalícias não são descabidas, não frustram o caráter competitivo do certame ou prejudicam a segurança da contratação.

3. DA CONCLUSÃO

Isto tudo considerado, submetemos o presente para sua apreciação e decisão, propondo:

O indeferimento do recurso da **NEMA ELETROTECNICA LTDA**, e, portanto, a manutenção da condição de vencedora da **TECNO CONTROL TECNOLOGIA E SISTEMA LTDA ME**.

É o parecer.

Florianópolis, 20 de fevereiro de 2014.

Adolfo Curotto Martins
PREGOEIRO

Aprovo o parecer, por seus lúdimos fundamentos. Proceda-se, assim como proposto pelo Pregoeiro e determine providências decorrentes da decisão.

Dê-se publicidade a deliberação.

Engº Valter José Gallina
DIRETOR PRESIDENTE